Os pais comandam. Os filhos agradecem.

Lidia Rosenberg Aratangy*

Pai e a mãe não podem abrir mão de exercer o poder, que se baseia no saber e na experiência, não na força; ambos têm a função de definir para a criança limites claros e coerentes, sem o que ela não terá elementos para desenvolver sua independência.

Idéias-chave:
- A autoridade dos pais funciona como fator de segurança, sem o qual a criança ficaria à mercê de seus impulsos, o que a deixaria insegura e angustiada.
- Os limites, impostos pela realidade e traduzidos pelos pais, inserem a criança no universo do humano – vale dizer, do social.
- A autoridade traz implícita a responsabilidade de fazer a criança entender o que se espera dela, de forma a capacitá-la a generalizar para novas situações; os pais têm o dever de ajudar a criança a cumprir essas expectativas.

Ninguém gosta de ouvir um *não*. Ninguém gosta de dizer um *não*. Mas dizer *não* faz parte da responsabilidade dos pais, assim como faz parte do desenvolvimento da criança aprender a respeitar os limites e a defender seus pontos de vista através da argumentação, e não da birra. Os pais precisam entender que a revolta da criança não significa ruptura nem desamor, significa afirmação da diferença. Lidar com a revolta dos filhos, em vez de temer essa resposta, faz parte da função dos pais; na mesma medida em que cabe às crianças aprender a tolerar as frustrações decorrentes dos limites que são impostos pela realidade, dos quais os pais são depositários e tradutores – e não autores.

A criança tem contato com a frustração desde que sai do útero e o corte do cordão umbilical inaugura a experiência da falta. A partir daí, o bebê passa a viver o adiamento da satisfação de suas necessidades e precisa aprender a tolerar essa frustração. O recurso de que o recém-nascido lança mão, diante das primeiras experiências de frustração, é a fantasia – prerrogativa e consolo dos humanos. Assim, ao sentir fome sem ter como saciá-la, a criança fantasia a presença do seio materno. Mas, se de início esse seio alucinado aplaca a angústia do bebê, não atende sua necessidade de alimento, e um recém-nascido morreria de fome se, satisfeito com seu delírio, não lançasse mão do outro recurso de que a natureza o dotou: o choro. A educação começa nesse momento, quando a mãe atribui significado a esse choro. Através dessa sutil troca de informações entre a criança e a mãe, o grito se transforma em comunicação e as novas experiências emocionais da criança adquirem significado.

Por mais poderosos e indulgentes que sejam os pais, nenhuma criança tem todos os seus desejos atendidos, até porque o desejo é, em si, ilimitado. Assim, a criança inevitavelmente se dá conta de que a frustração é inerente à vida, e aprende a lidar com esse sentimento. Mas se os pais tentarem satisfazer imediatamente todos os seus desejos, a criança entenderá que a frustração representa um desvio de rota, decorrente da incompetência ou intolerância dos pais, e terá mais dificuldade para tolerar as frustrações que a realidade impõe. Tornam-se crianças impacientes e birrentas e tendem a transformar-se em adolescentes angustiados, que sofrem quando têm de suportar qualquer adiamento das satisfações.

Pontos no quesito popularidade

Além da intolerância à frustração dos filhos, a preocupação com a "popularidade" também colabora para a dificuldade dos pais em estabelecer e fazer respeitar limites. Os pais querem que os filhos os considerem camaradas, divertidos, legais. Mais: querem que os amigos dos filhos tenham deles uma boa impressão. Com medo de desmanchar essa imagem, às vezes ultrapassam seus próprios limites, tentando ser mais liberais do que as suas vísceras toleram. Com medo de serem taxados de antiquados, procuram ser mais tolerantes do que sua emoção aguenta, para parecerem modernos e compreensivos. Mas essa preocupação com os rótulos não colabora em nada para o relacionamento entre pais e filhos. Não se trata de escolher entre ser liberal ou repressivo: é preciso saber situar-se com clareza entre essas duas balizas, a partir dos próprios valores e sentimentos. Sem ultrapassar os seus limites, só para se mostrar liberado; nem ser mais restritivo do que suas convicções permitem, só para demonstrar poder.

O que significa ser livre

A liberdade, tão cara aos humanos, não depende das convicções ideológicas dos pais nem do poder de sedução das crianças: liberdade é uma questão de competência para fazer escolhas. Livre não é quem "faz o que quer", pois temos infinitos quereres simultaneamente e é impossível atender a todos eles. Quem só faz o que quer, está mais perto da loucura do que da liberdade.

Entre os inúmeros desejos que competem em nosso mundo interno e as possibilidades de satisfação que a realidade oferece, a cada momento é fundamental fazer escolhas (com as correspondentes renúncias). E só é realmente livre para escolher aquele que tiver competência para arcar com as consequências de suas escolhas. Quem escolhe ir brincar com os amigos em vez de fazer a lição da escola, terá de fazer a tarefa à noite, com o risco de ficar com sono de manhã e, com isso, comprometer os compromissos do

dia. Feita a escolha, quem tiver feito uma opção errada, terá de responder pelos resultados.

Mas quantos pais estão dispostos a deixar que um filho sofra as consequências de suas escolhas mal feitas, de seus atos desastrosos? Quantos pais toleram que um filho repita a série escolar, após um semestre de vagabundagem? O mais comum é matriculá-lo numa escola mais fraca, para que "ele não perca o ano". Assim a criança aprende que pode ser relapso e porque acaba por se safar das consequências. E como fazê-los responsáveis se vivem sempre sob o encantamento cotidiano de uma mágica que misteriosamente transforma a bagunça e a sujeira em limpeza e ordem, na escola ou em casa? Como ensinar a respeitar a opinião do outro se os pais confundem violência com capacidade de liderança e, assim, levam o filho rebelde e brigão a acreditar que é uma criança "de personalidade forte, que sabe o que quer"...?

Para que serve a autoridade?

Desde as primeiras demarcações de fronteiras entre o desejo da criança e os critérios da realidade, os parâmetros devem ser explicitados e entendidos. De pouco servirá uma norma decretada sem uma fundamentação que a criança possa acompanhar. Mesmo que os pais se façam obedecer, não estarão exercendo sua função educativa, que é a de levar a criança a entender princípios e formar um código de referência, pelo qual pautar sua conduta. Não basta que a criança respeite o *não*, ela precisa compreender o motivo da interdição, de modo a poder aplicá-la em situações semelhantes. Ela precisa compreender e aceitar esse código, pois dele depende sua inserção na comunidade humana, na qual, ao contrário do que se passa entre os animais, a lei não é a da coerção pela força.

O uso de castigos corporais é condenado, entre outras razões, porque se baseia na diferença de força física: pode até ser eficiente para garantir uma obediência imediata, mas não ajuda a criança a entender o que se quer dela. A obediência cega não é um objetivo válido na educação. Muitas iniquidades foram cometidas na história recente da humanidade sob a proteção da obediência devida a uma autoridade. Para ser realmente educativa, a imposição de limites tem de passar por um processo de argumentação e até de confronto, em que pais e filhos exercitam suas respectivas capacidades de tolerância e de sedução.

Para atingir esse objetivo, as interdições têm de ser impostas com convicção e tranquilidade e não num tom titubeante ou agressivo. As ordens deveriam ser operacionais, pois faz parte da responsabilidade dos pais ajudar a criança a organizar seu comportamento, de modo a errar menos. Ela precisa entender o que se espera dela, e qual o caminho pelo qual pode atingir esse objetivo. Não basta, por exemplo, exigir que

a criança mantenha seu quarto arrumado: é preciso explicar as vantagens de ter o espaço em ordem (assim as coisas não se perdem, e não se perde tempo procurando por elas) e ajudar a criança a organizar seus pertences.

O *não* que se transforma em *sim* pela insistência (na base do irritante "*Deixa, vá!*") só ensina a criança a ser chata, pois a única regra que ela aprende é que a interdição depende da relação entre a sua perseverança em insistir, e a paciência dos pais em resistir. Existem exceções que permitem transformar negativas em concessões. A hora de dormir pode ser alterada em ocasiões especiais, como quando o pai chega de uma viagem longa, ou a família está recebendo a visita de alguém de quem a criança gosta muito. Essa flexibilidade leva a criança a entender que determinados comportamentos cabem em algumas situações, mas não em outras. Mas, se a exceção não for devidamente caracterizada, pode-se instalar um precedente perigoso.

Em alguns conflitos, se a criança tiver a oportunidade de colocar seus argumentos em defesa da mudança de uma norma, talvez consiga convencer os pais de que a competência dela é, hoje, maior do que os pais percebem – e a norma até pode ser atualizada. Ou a mudança pode ter ocorrido nos pais, que podem se dar conta de que estão menos intolerantes do que já foram. (Felizmente, os adultos também estão em mutação).

Autoridade versus autoritarismo

A experiência de viver sob um regime despótico e arbitrário levou muitos pais e professores a abrir mão de seu dever de exercer a autoridade por medo de serem confundidos com tiranos mal-amados. Uma dinâmica semelhante leva alguns pais, que se sentiram esmagados por uma educação desrespeitosa e sufocante, a confundir autoridade com arbitrariedade: para se diferenciar dos pais tiranos que tiveram, se propõem a fazer com seus filhos o oposto do que viveram, e renunciam a qualquer forma de autoridade. São pais que abrem mão de todo tipo de controle ou orientação dos filhos, e tentam uma aproximação aparentemente simétrica com eles: que não lhes dão ordens, nem conselhos, apenas palpites (que as crianças podem acatar ou não); que, quando os filhos chegam à adolescência, camuflam-se de adolescentes eles também, acompanhando a turma em seus programas, bebendo e experimentando drogas junto com eles. Sem parâmetros externos para saber até onde pode ir, o jovem vai ousar cada vez mais, testando o próprio limite e o dos pais. Nessa escalada de desafios, esses pais permissivos acabam por não aguentar sua postura artificialmente aberta e tolerante – e, então, passam a impor limites rígidos e arbitrários, repetindo afinal o enredo que viveram.

O oposto de uma educação repressiva e intolerante não é uma educação permissiva, mas uma orientação segura e coerente, uma autoridade firme e confiável. Não adianta tentar se transformar no pai ideal da criança que o pai, um dia, foi: é preciso estar atento às necessidades reais da criança de carne e osso que é esse filho, que habita o mundo de hoje, e enfrenta dificuldades diferentes das que os pais encontraram. Enquanto esses pais dialogam, em sua fantasia, com o fantasma da criança que foram, deixam de cultivar o vínculo entre eles e seu filho real e não desenvolvem um clima de verdadeira intimidade e confiança mútua.

Espremidos entre as várias teorias e palpites, os pais se sentem inseguros e desorientados. Com medo de errar, muitos se tornam mais intolerantes do que seus próprios pais, enquanto outros tornam-se omissos. As duas posturas extremas deixam os filhos desprotegidos, à mercê dos próprios impulsos, sem condições de formar um código de conduta. Esses pais parecem esquecidos de que é impossível conquistar a liberdade sem conhecer os próprios limites para, a partir daí, aprender a superá-los. Educar com limites verdadeiros, claros e não arbitrários é também educar para o exercício pleno da liberdade.

É uma tarefa desafiante e rica. Mas é também – e por isso mesmo – um trabalho difícil e cansativo, que exige perseverança e coragem. Como toda relação amorosa e comprometida, não é serviço para preguiçosos nem para distraídos. Muito menos para covardes.

Bibliografia

Tudo começa em casa – D. W. Winnicott, – Ed. Martins Fontes, 2005
Pais que educam filhos que educam pais – Lidia R. Aratangy – Ed. Rideel – 2003
Compreendendo seu filho de 4 anos –– Lisa Miller – Ed. Imago - 1992
Quem ama educa – Içami Tiba – Ed.Gente – 2002

*** Lidia Rosenberg Aratangy** é psicóloga, terapeuta de casais e famílias, professora aposentada da Faculdade de Psicologia da PUC de São Paulo, da qual foi diretora de 1981 a 1985. Autora de vários livros sobre o relacionamento familiar, entre eles *O Amor Tem Mil Caras* (Ed. Olho Dágua), *Pais que Educam Filhos que Educam Pais* (Ed. Rideel), *Livro dos Avós* (Ed. Artemeios).